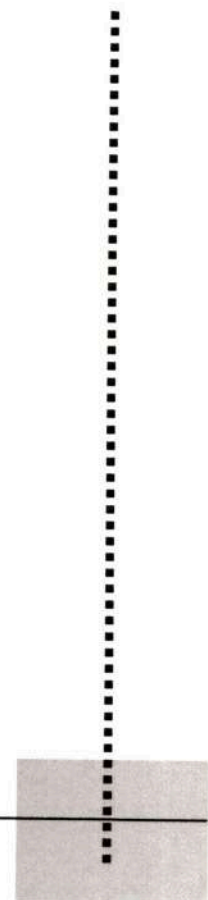


**C
O
N
A
D**

2018

**ATA DA CENTÉSIMA
SEPTUAGÉSIMA
SEGUNDA REUNIÃO
ORDINÁRIA**



ATA DA 172ª (CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA SEGUNDA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO AMAZONPREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS - REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2018.

DATA, HORA, LOCAL: aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de 2018 (dois mil e dezoito), às 08 horas, na Sala de Reunião dos Conselhos, na sede da Instituição, situada na Av. Visconde de Porto Alegre, n°. 486, Centro, reuniu-se, em regime ORDINÁRIO, o Conselho de Administração.

CONVOCAÇÃO: os membros do Conselho de Administração da Amazonprev compareceram atendendo à convocação realizada por meio do Correio Eletrônico. **PRESENCAS:** Sr. Wander Araújo Motta, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, nesta sessão, Sr. Marcelo Moraes Castello Branco, Membro Titular, representante dos segurados ativos e inativos do Poder Judiciário, Sra. Maria da Conceição Guerreiro, Membro Titular, representante da primeira Vaga das Secretarias de Estado, Dr. Vander Laan Reis Goes, Membro Titular, representante dos segurados ativos e inativos do Poder Legislativo e Sr. Valdir Rodrigues Barbosa, Membro Titular da segunda vaga como representante das Secretarias de Estado, além do Dr. Marcio Rys Meirelles de Miranda, Presidente da Amazonprev, Sra. Maria Adelaide Ribeiro Cruz, Diretora de Administração e Finanças.

CONVIDADO: Sr. Alan Cynara Batista Nascimento, Coordenador da GERA/COFIN. **AUSENTES:** Dra. Carla Braga, Presidente, Dr. Mirtil Fernandes do Vale, Membro Titular, conforme explicações nas reuniões 150ª e 145ª do CONAD, respectivamente, Sra. Dolores Garcia Rodrigues, Membro Titular, solicitada sua exoneração, por

(Handwritten signatures and initials in blue ink)

e-mail, em março de 2017. **Secretário: Sr. Adelson Maciel Dantas.**

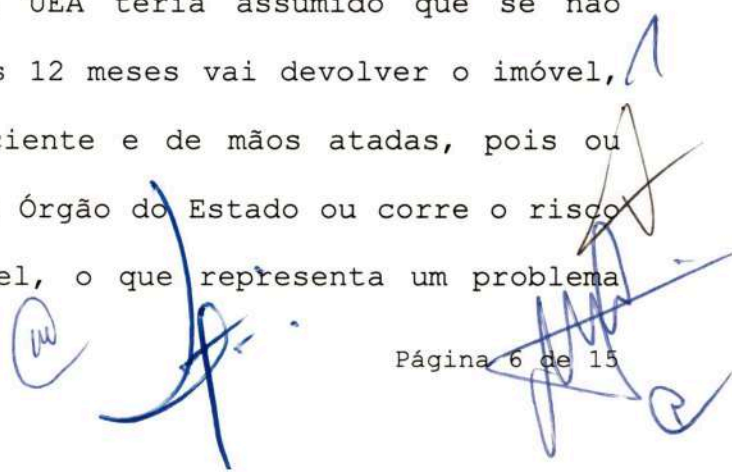
ORDEM DO DIA: Todos os assuntos foram conduzidos pelo Presidente da Sessão, devidamente complementados, quando solicitados, pelo Dr. Marcio Meirelles, Presidente da Amazonprev, que, depois de discutidos amplamente com os presentes, tiveram as seguintes deliberações: **1. Relatórios de Governança Corporativa referente ao mês de Maio/2018; A) APROVAR**, por unanimidade dos votos, por meio do Parecer do Conselho de Administração da AMAZONPREV nº 023/2018, baseando-se no Parecer Prévio do Conselho Fiscal da AMAZONPREV nº 21/2018; **B) REGISTRAR** a preocupação da Sra. Conceição Guerreiro quanto à redução na análise do número do processos de aposentadorias (página 20), salientando que o ritmo de análises não é o costumeiro. O Presidente da Sessão salientou que no ano de 2017 essa redução também foi sentida na ALE, justificando a reforma da previdência como causa. O Dr. Marcio Meirelles lembrou que existe uma demanda muito grande da Polícia Civil, mas o reajuste e as mudanças na reforma da previdência mudaram o cenário. **C) REGISTRAR** a sugestão do Dr. Wander Motta quanto ao quadro de aposentadorias analisadas (página 20), pois dá a entender que há distorção. A Dra. Adelaide informou que em 2014 houve a liberação de diversos Planos de Cargos e Salários e com isso, o número de aposentadorias aumentou em 2015, tendo o Dr. Marcio Meirelles afirmado que se a reforma da previdência houvesse disso aprovada, o número de aposentadorias em 2018 teria aumentado. A Diretora de Administração lembrou que os servidores vinculados à Lei n. 3510 estão tentando solucionar a incorporação da GATA, salientando o Dr. Marcio Meirelles que esse trabalho

está sendo coordenado pela SEAD, visando transformar a GATA em incorporação e se isso acontecer, aumenta o número de aposentadorias. O Conselheiro Valdir afirmou que esta situação também é vivenciada em sua Secretaria, eis que os servidores que teriam seus salários reduzidos na aposentadoria não estão aposentando. **D) REGISTRAR** a sugestão do Presidente da Sessão quanto à falta do relatório dos comparativos dos índices de referência, achando interessante constar tal informação (página 3) para acompanhar a evolução dos índices das aplicações. O servidor Alan Cynara informou que provavelmente a informação não migrou, pois era para constar este dado. Afirmou que o que se viu no mês foi o crescimento das aplicações de renda variável e que quando esteve em Brasília, conversou com gestores de investimentos sobre esta reação, que se relaciona com o nível de estoque, a questão do dólar, o aumento da gasolina, entendendo os gestores que foi uma situação momentânea que deve ir se corrigindo. Afirmou o membro do COMIV que algumas situações são eternas, como a guerra fiscal entre EUA e China, e que situações como as eleições que se aproximam, o efeito Lula no processo eleitoral, tudo causou alvoroço, trazendo uma enorme volatilidade. Afirmou que a orientação dos gestores é para ampliar a visão para o longo prazo, pois são fundos de ações com perspectiva de crescimento grande. Salientou que o mercado sabe que Governo vai precisar tomar medidas para o equilíbrio fiscal, pois a dívida pública aumentou. **E) REGISTRAR** o questionamento do Conselheiro Marcelo sobre a contratação da empresa especializada para os investimentos. O Dr. Marcio Meirelles afirmou que ainda

estava na fase de abertura do processo licitatório, mas que a previsão é para acontecer ainda neste ano. Destacou o Diretor Presidente que apesar do corpo técnico ser especializado e a busca constante de informação sobre o mercado, não restam dúvidas que a contratação de uma empresa especializada ajudará muito. Destacou o Gerente GERAFF que o tempo que esse processo está levando reflete a preocupação da instituição, eis que ao tempo que devem existir as entidades credenciadas, existe o conflito de interesses. Alertou que qualquer questionamento de órgãos fiscalizadores precisa ter respaldo técnico para reforçar a defesa da Amazonprev, pois uma instituição bancária credenciada termina não tendo a isenção necessária, lembrando que já houve questionamento sobre um investimento na Caixa Econômica Federal considerado como de alto risco, frisando que a defesa foi bastante complexa, com a abertura de réplica, tréplica, até que em determinado momento ficou entendido e foram acolhidos os motivos, razão que despertou a necessidade de contratação de empresa especializada. Na visão do Sr. Leonardo, a dificuldade é contratar com a isenção que a instituição precisa. A preocupação, buscando experiência no mercado, esbarrou na dificuldade de descrever o projeto básico de uma forma que não houvesse conflito de interesses, que não tirasse ninguém do mercado, que não desse a entender que se queria descredenciar uns ou privilegiar outros. A intenção de contratar a consultoria é dar respaldo, que as aplicações sejam decididas com uma análise técnica. Destacou que o cenário que foi traçado anteriormente não está se realizando esse ano, pois foi vislumbrado uma política para um cenário que não está mais se concretizando e que para reduzir a exposição de um cenário que não aconteceu, houve alteração dos

limites para não desenquadrar as operações frente aos limites legais. **F) REGISTRAR** o apontamento da Dra. Adelaide sobre a migração (página 17), referente ao aporte do Ministério Público do Estado de R\$ 95 milhões, valor ajustado até novembro de 2017. Complementou a Diretora de Administração e Finanças que a Fundação Amazonprev está aguardando o Ministério Público decidir institucionalmente o ajuste total. **G) REGISTRAR** o questionamento do Presidente da Sessão sobre a questão dos aluguéis da SEAS e UEA. O Dr. Marcio Meirelles informou que assinou o Ofício nº 1499/2018-AMAZONPREV, de 02 de maio, de ordem dos Conselhos, levando ao conhecimento da SEFAZ a situação da SEAS e UEA e que em 05 de junho o Secretário Alfredo Paes informou o encaminhamento do ofício Amazonprev à SEAS e UEA para conhecimento e apreciação dos referidos órgãos para tratar sobre a matéria pertencente às pastas. Relatou o Sr. Diretor-Presidente que a situação é de conhecimento dos Conselheiros e que no dia 27 de junho houve uma reunião com a UEA, estando presentes o Sr. Orlem Nascimento, Reitor de Administração, e o Vice-Reitor, Cleto Leal, sendo feita, pela UEA, a exposição da situação orçamentária da Universidade. A UEA explicou que não tem recursos, que existe uma demanda muito grande, que esse prédio é objeto de ampliação e que por não ter ocorrido, não está mais comportando a demanda, não resolvendo o problema. A Universidade afirmou que alguns prédios locados já foram entregues, como o do Bairro da Cachoeirinha, e pediram apoio institucional junto ao Governo do Estado para sensibilizar quanto à necessidade de ampliação do espaço. A Fundação Amazonprev, representada pelo Diretor-

Presidente e pelo Gerente de Administração e Finanças, Sr. Leonardo, explicou que os valores cobrados em locação têm valores mínimos e máximos (0,5% a 1% do valor venal), de acordo com a avaliação dos imóveis pela SEINFRA, não podendo estar em desacordo, restando acertado que no prazo máximo de uma semana haverá uma proposta da Universidade do Estado do Amazonas. Os dirigentes da UEA informaram não se recordar da pendência do mês de dezembro de 2016 da ordem de R\$ 40 mil. O Diretor-Presidente, passando a tratar do aluguel da SEAS, informou que o assunto estava encaminhado com a gestora anterior, mas com a sua exoneração, não conseguiu mais avançar no assunto, informando que não está atualizado no site da SEAS o nome da nova gestora. A Sra. Conceição informou haver uma falha institucional, pois os órgãos não atualizam as informações dos gestores com a celeridade necessária e que existem informações divergentes entre o Portal da Transparência e as páginas dos Órgãos. O Diretor-Presidente informou que a situação da SEAS voltou para o início, sendo necessário nova articulação com os novos dirigentes. O Sr. Marcelo Castelo Branco perguntou se a UEA chegou a apresentar alguma proposta, tendo o Diretor-Presidente informado que a proposta é de R\$ 53 mil mais o IGPM, que vai ser analisada e trazida para o Conselho. O Sr. Leonardo analisa a situação como delicada, porque a princípio a UEA teria assumido que se não resolver a situação nos próximos 12 meses vai devolver o imóvel, estando a Fundação Amazonprev ciente e de mãos atadas, pois ou ajuíza ação de despejo contra um Órgão do Estado ou corre o risco de não receber o valor do imóvel, o que representa um problema



ainda maior com o TCE. Relatou que durante a reunião com a UEA, aquela Universidade chegou a fazer a proposta informal, sendo solicitado pela Fundação Amazonprev a formalização. O Dr. Marcio Meirelles alertou que o valor do imóvel, assinado por técnicos, engenheiros da SEINFRA, não reflete a realidade do mercado, completando o Presidente da Sessão que o que determina o valor é a lei do mercado. O Sr. Valdir Rodrigues defendeu que a alienação é o melhor negócio e que em um momento anterior o mercado era mais favorável e caso tivesse sido vendido, o valor estaria aplicado e preservado. A Dra. Adelaide rebateu, informando que havia um impedimento para a alienação, mas que hoje, com a Lei Complementar nº 181/2017, existe uma previsão, o que não elimina a autorização do Governador do Estado. A Dra. Adelaide também discordou do posicionamento do Gerente de Administração, porque os imóveis são visados pelo Amazonas Shopping e pela Cidade dos Carros. O Presidente da Sessão acha difícil um novo contrato de aluguel e defendeu que é mais viável a venda, entendendo, porém, que não é o momento adequado. O Sr. Valdir Rodrigues relatou, exemplificando, que o prédio da Receita Federal, no Boulevard Álvaro Maia, em Adrianópolis, foi adquirido por um grupo de fora do Estado, que quando existe interesse e capital, as vendas ocorrem. A Dra. Adelaide entende a situação como delicada e que os Conselhos e Conselheiros fizeram a concessão de fazer a atualização da UEA pelo IPCA, alegando aquela Universidade que que não possuem condições, registrando que o valor que hoje está sendo aplicado é abaixo do que a legislação permite. Quanto à SEAS, entende a Diretora de Administração que a situação é ainda

mais delicada, pois a dívida é mais antiga e a confissão (de dívida) não foi honrada. O Sr. Valdir questionou quanto valem os imóveis, respondendo a Dra. Adelaide que o da UEA deve valer mais de R\$ 100 milhões, defendendo o Sr. Valdir pela alienação, já que a receita é maior que o orçamento, que a despesa está limitada e a arrecadação está elevada, algo em torno de R\$ 18 milhões, entendendo que é o momento da alienação. A Sra. Conceição ponderou que no mês de junho o Estado sai do limite prudencial, mas que entrará novamente no mês de julho. O Diretor-Presidente questionou se a arrecadação que se propaga ocorre de fato, respondendo o Sr. Valdir que faz sentido por causa do desempenho do combustível e que o Distrito Industrial está se mantendo, apesar das dificuldades. Informou que há novos investimento e que 6 mil empregos foram mantidos e/ou gerados no primeiro semestre. Salientou que a arrecadação está aumentando, que houve um crescimento real na Secretaria de Fazenda e na Receita Federal e que apesar da arrecadação reagir bastante positiva, não é capaz de resolver todos os problemas. Completou que um em cada três servidores são comissionados, que há setores grandes em que todos os servidores são comissionados, que falta concurso público. A Dra. Adelaide lembrou que a maioria dos servidores está idosa, mas não se aposenta por causa da GATA. O Presidente da Sessão informou que ocorre a mesma situação na ALE, pois os idosos não querem se aposentar por causa das perdas salariais. O Sr. Valdir informou da existência de servidor comissionado com mais de 85 anos de idade, lembrando o Diretor-Presidente que existe uma outra séria limitação, que é o fato de diversos órgãos não

possuírem o PCCR, o que impede a realização de concurso público e que há risco do servidor passar em outro concurso, sair do órgão e não haver reposição, pela impossibilidade de realização de concurso. O Sr. Valdir, tratando dos imóveis, salientou que ainda que haja a venda, não vai haver a diminuição no patrimônio, uma vez que se perde o bem físico, mas se ganha o financeiro, alertando o Sr. Diretor-Presidente que apesar do imóvel estar locado em percentual abaixo de 0,5%, algumas aplicações têm risco maior, algumas até mesmo com rentabilidade abaixo de 0,5%. **H)**

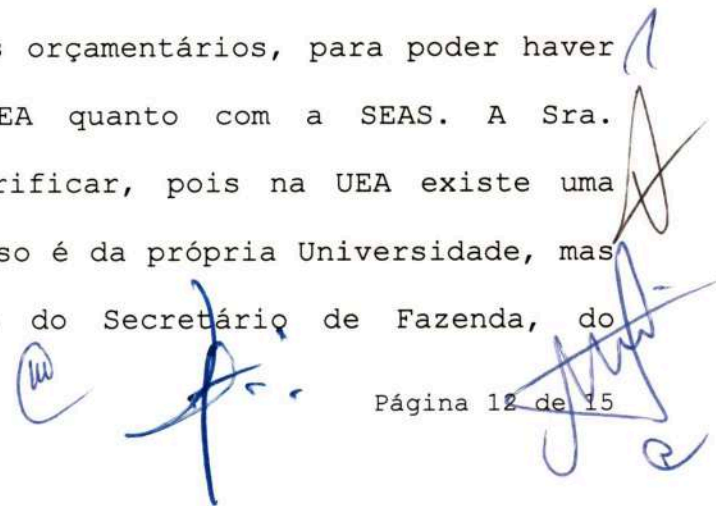
REGISTRAR a manifestação do Sr. Diretor Presidente sobre a adesão. O Presidente da Amazonprev registrou que esteve em Brasília (DF) na semana passada para participar de reunião previamente agendada com a Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda, tendo como objetivo levar a documentação da evolução das tratativas sobre a migração. Entregou a documentação dos trabalhos em conjunto com o Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Ministério Público e PRODAM, ressaltando que as ações pendentes estão a cargo da PRODAM com os RH de cada órgão. Destacou que não vai ser possível migrar todos os órgãos ao mesmo tempo e que pela ordem, deve acontecer primeiramente com o Ministério Público, já que falta apenas rodar a folha de pagamento, citando que levou, inclusive, a cópia do depósito efetuado na Amazonprev. A reunião em Brasília demorou pouco mais de uma hora, sendo o Presidente da Fundação Amazonprev recebido pelo Sr. Leonardo da Silva Motta, Coordenador-Geral de Normatização e Acompanhamento Legal da Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social e pelo Auditor Luciano, que foi um

dos que estiveram aqui na Amazonprev acompanhando a migração, resgatando as palavras do Coordenador Geral, que mencionou que na sua avaliação, "a Amazonprev continua como o melhor RPPS do Brasil". Destacou o Dr. Marcio Meirelles que a documentação procurou mostrar que a migração é um processo contínuo, entendendo que depois do Ministério Público devem migrar o Tribunal de Contas e por último o Tribunal de Justiça, pelo maior número de servidores e assim, maior complexidade, destacando que a principal tarefa dessa migração é a segregação de massa. **I) REGISTRAR** a manifestação do Dr. Marcio Meireles sobre o CRP. Destacou o Diretor Presidente que o Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP vence dia 12 de julho e a documentação apresentada está toda conforme, não havendo impeditivo algum para a próxima renovação. **J) Registrar** a manifestação do Dr. Marcio Meirelles sobre o PRÊMIO DE BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO - O Diretor Presidente informou que levou ao conhecimento do Governador do Estado a premiação recebida pela Fundação Amazonprev no prêmio de Boas Práticas de Gestão Previdenciária de Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS/2018, promovido pela Associação Nacional de Estados e Municípios - ANEPREM, destacando que este prêmio é da Amazonprev, de cada servidor da Amazonprev e de cada servidor do Estado. Afirmou que é o terceiro ano em que a Fundação Amazonprev é premiada, sendo que neste ano foi o único Regime Estadual premiado na ANEPREM. O Dr. Marcio Meirelles lembrou que o longo período na gestão do Dr. Silvestre permitiu que a Amazonprev seja o que é hoje, com visão de planejamento, seriedade, compromisso, afirmando que a descontinuidade do Setor

Público é prejudicial, pois uma nova equipe se traduz em lapso temporal subjetivo, como o que vem ocorrendo com outras Secretarias. A Dra. Adelaide completou informando que neste ano foi aumentado para 54 pontos a pontuação mínima. Informou que a Amazonprev não pontuou somente no quesito controle interno, não sendo acolhido o recurso e que na pontuação sobre a escolha do gestor, a pontuação é maior para os RPPS que elegem seus presidentes, mas que a pontuação foi boa no geral, principalmente por ser o único estadual classificado. Afirmou que o reconhecimento do público presente no evento foi notório por causa do montante e por ser o único RPPS Estadual. Disse ser muito gratificante esta premiação para a Amazonprev, tentando-se compartilhar com os Conselhos da responsabilidade, que deve estar atento a todos os itens. Afirmou que são 56 servidores efetivos, mais os comissionados, com essa responsabilidade de preservar esses benefícios para 65 mil servidores que o Estado tem, principalmente por causa do cenário que o Estado atravessou e a questão interna do PCCR, sendo um exercício grande para manter questão de trabalho. Afirmou que a cada vez que o desafio é maior e a vitória vem, o sabor é diferente. Agradeceu aos Conselheiros, ao Diretor-Presidente, porque é difícil chegar à uma instituição e comprar a filosofia, entender que o recurso é imexível, respeitar a opinião do COMIV, que desenvolve trabalho técnico, isento de qualquer situação com os bancos, afirmando que sempre que se faz considerações sobre o COMIV é no sentido do todo. Concluiu que o trabalho está feito e precisa de continuidade, pois administrar com responsabilidade é possível. O Presidente da

(Handwritten signatures and initials)

Sessão parabenizou pelo prêmio, porque se reconhece o gestor quando se tem que gerir nas adversidades, reconhecendo ser complicado a administração em um ambiente interno que não está propício, que tem que motivar os desmotivados, trazer esses servidores para junto, o que não é fácil, da mesma forma que não é fácil sentar na cadeira e ter reponsabilidade sobre esse patrimônio. Afirmou que o Conselho de Administração tem acompanhado a seriedade com que a Amazonprev tem sido gerida. Destacou que a Fundação teve a felicidade de ter gestores profícuos, que se identificaram com os projetos. Destacou a vitória da Amazonprev com a conquista da adesão e que o ano de 2018 vai ser finalizado com outra situação. Finalizou afirmando que qualquer um que sentar na cadeira do gestor tem condições de dar andamento, porque a casa está bem gerida, e que o prêmio é dos servidores, que estão de parabéns pelos seus gestores, salientando que o Conselho de Administração está feliz em poder compartilhar deste momento. **K) Registrar** a manifestação do Diretor Presidente sobre a SEAS, mencionando que a Amazonprev precisa resolver essa situação dos aluguéis e que a SEAS precisa analisar a situação, o que implica em no mínimo três meses para a retomada o assunto, porque houve nova mudança na gestão. A Dra. Adelaide questionou a Sra. Conceição se a SEFAZ poderia auxiliar a Fundação Amazonprev, em termos orçamentários, para poder haver uma negociação tanto com a UEA quanto com a SEAS. A Sra. Conceição informou que pode verificar, pois na UEA existe uma certa independência, que o recurso é da própria Universidade, mas não pode usar sem autorização do Secretário de Fazenda, do




Governador. Afirmou que pelo fato da arrecadação estar aumentando, existe mais orçamento para a UEA em fonte específica. Disse que a UEA pode até não utilizar seu orçamento de forma correta, mas que essa fonte não pode ser mexida. Que a UEA tem um percentual sobre a arrecadação e que se não for utilizado dentro do ano, o valor vai para o ano seguinte como *superávit*. Reafirmou que a UEA tem orçamento, mas que os problemas são os projetos, as prioridades e que a questão seria saber se o aluguel está nas prioridades, pois existe orçamento. A Dra. Adelaide informou que a resposta da UEA é sempre em dizer que não tem orçamento nem financeiro. O Sr. Valdir afirmou que as contribuições incidentes sobre as empresas do Distrito Industrial são para a UEA, que o aumento do dólar aumentou a arrecadação. A Sra. Conceição informou que a UEA sempre tem superávit, questionando o Sr. Marcelo se esse superávit é por falta de autorização para gastar ou porque não está sabendo gastar, não sabendo precisar a Sra. Conceição, mas afirmando que o recurso da UEA está dentro da Conta Única e que já houve pedido de desmembramento. O Sr. Marcelo disse ser difícil de aceitar que um gestor tenha recursos e não utilize. A Dra. Adelaide questionou a Sra. Conceição sobre a situação da SEAS, respondendo a Conselheira que teria que analisar, mas na sua visão, é uma questão de prioridade. **L)**

Registrar a manifestação da Dra. Adelaide sobre as ações do Planejamento Estratégico, destacando que, sobre as ações do PPA, todas as atas de Registro de Preços que estavam em andamento no Estado foram suspensas por decisão do Governo, dependendo de novos processos licitatórios, o que acumula trabalho para a

GERAF, mencionando que por conta do PCCR, vários servidores estão trabalhando em ritmo reduzido. Que foi feita a reavaliação do PPA e algumas ações virão com pedido de prorrogação e ainda haverá redução de quantidade dos objetivos para aquilo que seja exequível, destacando que além do fato do ano ser de eleição e de Copa do Mundo, a CGL passou por mudanças no alto escalão e corpo técnico. O Dr. Wander Motta complementou, informando que essa situação das novas licitações é mais difícil, pois são processos muito visados, informando que na ALE existe uma dificuldade para conseguir finalizar uma licitação, lembrando que em 2017 o Presidente da Casa Legislativa ficou 5 meses afastado da Presidência e que em somente agora estão conseguindo executar o que estava previsto. **M) Registrar** a manifestação da Dra. Adelaide sobre o PCCR, mencionando do receio do Executivo sobre as condutas vedadas, tendo o Presidente destacado que vai continuar com a defesa da não ocorrência da conduta vedada, pugnando pelo envio do PCCR à ALE, eis que está demonstrado, com os estudos do material da AGU, em material colecionado, que o simples encaminhamento de plano de cargos não caracteriza conduta vedada, nem a sua aplicação, desde que esteja dentro do limite legal. Afirmou que por conta dessa temperatura institucional, o encaminhamento não foi autorizado pelo Governador do Estado, estando esse material na Casa Civil, para assinatura do Chefe do Executivo. O Presidente da Sessão afirmou que tão logo chegue a mensagem à ALE, será dada tramitação prioritária, em trabalho de articulação com os deputados. **2- Balancete de Maio/2018,**
A) APROVAR, por unanimidade dos votos, por meio do Parecer do

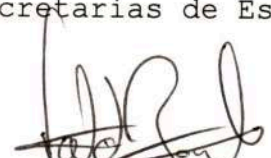
Conselho de Administração da AMAZONPREV nº 024/2018, baseando-se no Parecer Prévio do Conselho Fiscal da AMAZONPREV nº 022/2018.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Vice-Presidente do Conselho deu por encerrada a reunião, da qual eu, Adelson Maciel Dantas, participei na qualidade de Secretário, redigindo a presente Ata que assino com os senhores Conselheiros abaixo nominados.

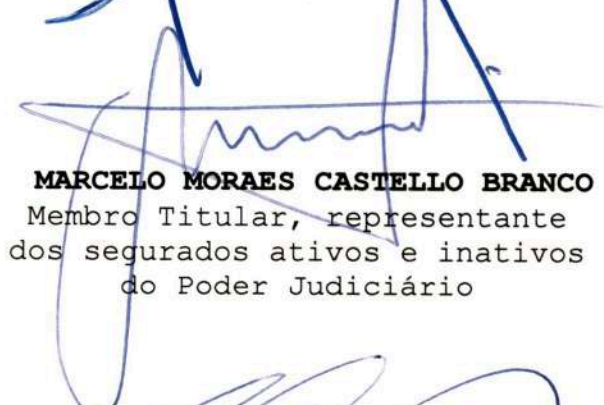

Adelson Maciel Dantas
Assessor, no exercício da
Gerente do GADIR



**MARIA DA CONCEIÇÃO GUERREIRA DA
SILVA**

Membro Titular da Primeira Vaga
como representante das
Secretarias de Estado


VALDIR RODRIGUES BARBOSA
Membro Titular da Segunda Vaga
como representante das
Secretarias de Estado


WANDER ARAÚJO MOTTA
Presidente da Sessão


MARCELO MORAES CASTELLO BRANCO
Membro Titular, representante
dos segurados ativos e inativos
do Poder Judiciário


VANDER LAAN REIS GOES
Membro Titular, representante
dos segurados ativos e inativos
do Poder Legislativo.